



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

TEREZINHA DE SOUSA EVARISTO

DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA
DOS ALUNOS DO 5º ANO DA EEEF GAMA E MELO - PB

(Monografia)

PRINCESA ISABEL - PB
JUL/2014

TEREZINHA DE SOUSA EVARISTO

**DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA
DOS ALUNOS DO 5º ANO DA EEEF GAMA E MELO - PB**

Monografia apresentado ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista em Fundamentos da Educação.

Orientador: Prof. Ms. José Emerson Tavares de Macêdo

PRINCESA ISABEL- PB
JUL/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

E92d Evaristo, Terezinha de Sousa
Dificuldades de aprendizagem [manuscrito] : a leitura e a escrita dos alunos do 5º ano da EEEF Gama e Melo - PB / Terezinha de Sousa Evaristo. - 2014.
33 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
Orientação: Prof. José Emerson Tavares de Macêdo, Departamento da PROEAD.
1. Leitura. 2. Escrita. 3. Dificuldades de Aprendizagem. I. Título.

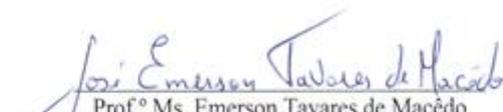
21. ed. CDD 372.4

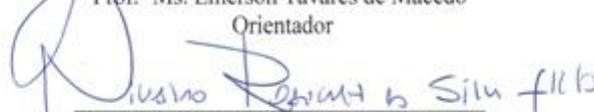
TEREZINHA DE SOUSA EVARISTO

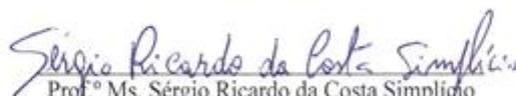
**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA DOS
ALUNOS DO 5º ANO DA EEEF GAMA E MELO - PB**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Secretaria de Educação Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 26 de julho de 2014


Prof.º Ms. Emerson Tavares de Macêdo
Orientador


Prof.º Ms. Nivaldo Rodrigues da Silva Filho
Examinador


Prof.º Ms. Sérgio Ricardo da Costa Simplício
Examinador

“A historia da alfabetização é a história da escola! E se quisermos dar outro rumo à vergonhosa história da alfabetização em nosso país, é a historia da escola que temos que dar outro rumo – é a escola que temos de transformar”.

Magda Soares

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, pois sem ele eu não teria forças para uma longa jornada, agradeço a meus professores e aos meus colegas que me ajudaram na conclusão deste curso.

DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe Maria Barreto de Sousa, heroína que me fortalece e que para mim é muito importante e meu Pedro Belarmino de Sousa em memória.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita dos alunos do 5º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Normal e Médio Gama e Melo – PB. A ideia em trabalhar com esse tema partiu da nossa observação do cotidiano escolar em que percebemos as dificuldades recorrentes na maioria dos educandos em relação ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita, estas dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita perduram por vários anos de escolaridade, dificultando o desenvolvimento pleno dos educandos e impedindo o aprendizado de outros conhecimentos igualmente importantes. O nosso estudo pretende trazer uma contribuição sobre as dificuldades de aprendizagem, as avaliações e institucionais e práticas pedagógicas, responsáveis pelo baixo desempenho na vida escolar atual e futura dos sujeitos que pode perpetuar a prática de exclusão das instituições escolares.

Palavras-chaves: 1. Dificuldade de aprendizagem. 2. Leitura. 3. Escrita.

ABSTRACT

This work aims to analyze the learning difficulties in reading and writing of pupils in 5th year at the State Elementary School, Normal and High Range and Melo - PB. The idea of working with this theme came from our observation in everyday school noticed the frequent difficulty in the majority of learners in relation to the learning of reading and writing process, these learning difficulties in reading and writing last for several years of schooling , hindering the full development of students and preventing learning other important skills. Our study aims to make a contribution on learning disabilities, assessment and institutional and pedagogical practices, responsible for the current poor performance in school life and future of the subjects that may perpetuate the practice of excluding schools.

Keywords: 1. Learning disabilities. 2. Reading. 3. Writing.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional de Rendimento Escolar
CF	Constituição Federal
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Proposta Política Pedagógica
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dificuldades mais frequentes na escrita dos educandos do 5º ano da EEEFN e Médio Gama e Melo	28
--	----

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	14
CAPÍTULO II	
2. LEITURA E ESCRITA	16
2.1 A História da leitura e da escrita	18
2.2 Leitura e Escrita: conceitos, significados e sua importância	20
2.3 Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita	22
2.4 O professor, a escola e a família: como agentes incentivadores na prática e no processo de leitura e escrita	24
CAPÍTULO III	
3. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA DOS ALUNOS DO 5º NO DA EEEF GAMA E MELO – PB	27
3.1 A leitura e a escrita dos alunos do 5º no da Escola Gama e Melo – PB.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita dos alunos do 5º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Normal e Médio Gama e Melo – PB, por ser uma dificuldade recorrente na maioria dos educandos. Estas dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita perduram por vários anos de escolaridade, dificultando o desenvolvimento pleno dos educandos e impedindo o aprendizado de outros conhecimentos igualmente importantes.

As instituições escolares são analisadas através de avaliações periódicas realizadas pelo sistema Nacional de ensino em parceria com os entes federados, no entanto, ainda não são bem entendidas pelas instituições. Os educandos do 5º ano do ensino fundamental participam de avaliações periódicas – Prova Brasil - para avaliar o nível de desenvolvimento de alfabetização dos educandos. Os resultados obtidos nas avaliações nacionais como a Prova Brasil a qualidade do ensino e aprendizagem são sempre questionados. Os desempenhos dos educandos na leitura, escrita e interpretação dos textos de varias disciplinas, não são satisfatórios, o que confirma a dificuldade dos educando em ler e compreender o que leu condição fundamental para o desenvolvimento educacional.

Durante o ano letivo percebemos que os alguns alunos sentem dificuldade em aprender a escrever ou identificar as letras de algumas palavras, esta dificuldade inibe o educando na participação das atividades cotidianas e afeta diretamente seu desenvolvimento quantitativo (notas necessárias para o acompanhamento do rendimento escolar exigido pelo sistema) e o desenvolvimento qualitativo (habilidade em leitura, escrita e interpretação de diversos gêneros textuais).

A relevância desta pesquisa é discutir sobre as políticas públicas para a educação básica e as definições para a avaliação nacional, bem como sugerir ações pedagógicas claras e coerentes com o processo educacional que contribua para sanar as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita do público alvo da pesquisa.

No primeiro capítulo realizaremos uma pesquisa bibliográfica sobre a alfabetização e letramentos, seus conceitos e processos com o objetivo de contribuir para alguns esclarecimentos sobre o processo de aprendizagem dos educandos que participam das

avaliações institucionais, discutir sobre as políticas públicas para a educação básica e as definições para a avaliação nacional.

No segundo capítulo pesquisaremos sobre a leitura e escrita, seus conceitos, significados e sua importância para a criança e seu o processo de alfabetização das crianças da primeira fase do ensino fundamental, buscando identificar alguns fatores que provocam as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita e o papel do professor, a escola e a família: como agentes incentivadores na prática e no processo de leitura e escrita, bem como, sugerir ações pedagógicas claras e coerentes com o processo educacional das crianças;

No terceiro capítulo identificaremos as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita dos alunos do 5º no da EEEF Gama e Melo – PB questionando as metodologias administrativas e pedagógicas que não mais atende as necessidades dos sistemas escolares. Através da análise da pesquisa de campo realizada na referida escola.

Concluiremos com uma reflexão sobre as dificuldades de aprendizagem, as avaliações institucionais e práticas pedagógicas, responsáveis pelo baixo desempenho na vida escolar atual e futura dos sujeitos que pode perpetuar a prática de exclusão. A justificativa de alguns educandos sobre a aprendizagem da leitura e da escrita dos educandos é sempre o aluno como responsável pelo seu baixo desempenho, porém sabemos que quando a educação é entendida como responsabilidade de todos: gestores governamentais, escolares, professores e família, o escolar da criança é alcançado.

As instituições que passam pelas avaliações institucionais, estão se preocupando com os resultados, no entanto a forma como estes resultados são trabalhos é equivocado, existe uma disputa velada entre as instituições o que causa alguns problemas que interfere na aprendizagem ou ensino dos educandos do ensino fundamental.

Para que essa situação seja revertida, a escola tem uma função primordial, que é considerar o educando como sujeito em processo de aprendizagem e com isso promover ações pedagógicas que valorize os indivíduos e suas culturas, bem como ofereça oportunidade de aprendizagem com outras formas e tempo de ensino, realizando atividades diversificadas com profissionais qualificados e responsáveis, pois colocar os educandos em atividades escolares no horário oposto sem a devida responsabilidade de atendimento e qualidade de ensino, não atinge o objetivo proposto pelo sistema educacional que é ensinar com qualidade.

CAPÍTULO I

1. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A educação brasileira e os conceitos sobre leitura e escrita estão sofrendo mudanças a partir de estudos de teorias do desenvolvimento do educandos e práticas pedagógicas diversificadas. O que antes para a educação era considerado suficiente como: assinar seu nome, ler e escrever algumas palavras ou frases soltas e fazer alguns cálculos já eram considerados alfabetizados. Hoje os critérios para ser considerados alfabetizados ou letrados se ampliaram. Segundo Baptista e Monteiro (2009)

Alfabetização se refere ao processo por meio do qual o sujeito domina o código e as habilidades de utiliza-lo para ler e escrever. Trata-se do domínio da tecnologia, do conjunto de técnicas que o capacita a exercer a arte e a ciência da escrita... **Letramento**, por sua vez, é o exercício efetivo e competente da escrita e implica habilidades, tais como a capacidade de ler e escrever para informar ou informar-se, para interagir, para ampliar conhecimento, capacidade de interpretar e produzir diferentes tipos de texto, de inserir-se efetivamente no mundo da escrita, entre muitas outras. (BAPTISTA; MONTEIRO, 2009, p. 30).

A aprendizagem da leitura e da escrita, apesar de ser uma prática realizada no meio coletivo na escola, também é um processo intimo individual que passa por vários processos. O individuo considerado utiliza a linguagem com fluência e capaz de inferir sentido ao que ler e escreve. “[...] aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua e propriedade” (SOARES, 1998, p. 39).

Para o educando conquistar a competência da leitura e da escrita, ele precisa ter internalizado as práticas de alfabetização e seu uso social, e isso depende principalmente do processo de ensino que deve ser realizado através de atividades desafiadoras e bem encadeada, que induzam a pensar e construir seu próprio conhecimento, através da diversidade de gêneros textuais e oportunidade de ensino, que é o caminho mais curto para sanar as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, favorecendo a construção da hipótese da linguagem como processo.

Para os educandos letrados os conhecimentos que se transmite na escola é recriado e ganha sentido para cada individuo, quando são construída com ações dinâmicas e troca entre os pares. O saber escolar e saberes sociais vão se unido e transformando-se em saberes coletivo e individual.

Os textos mais usados nas avaliações institucionais apresentam linguagem verbal e não-verbal simultaneamente e isso requer que os educandos utilizem duas competências básicas: saber ler e interpretar o texto reconhecendo sua finalidade por meio de diferentes gêneros textual. Para este ações é necessário que o educando esteja alfabetizado plenamente. Segundo Albuquerque *et all* (2006)

Alfabetização, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utiliza-la para ler e para escrever. Dominar tal tecnologia envolve conhecimentos e destrezas variados, como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letra-som e dominar seu traçado, usando instrumentos como lápis, papel ou outros que os substituam... **Letramento**, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. Ainda segundo Magda Soares (1989, p. 47), “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”. (ALBUQUERQUE *et all*, 2006, 70).

Um dos maiores objetivos dos educadores é chegar a uma prática pedagógica que garanta a alfabetização e o letramento citado pelos autores, onde os educandos façam o uso competente da leitura e da escrita na escola e em seu cotidiano social. A reflexão sobre a apropriação da leitura e da escrita pelos educandos é constante nos cursos de formação, no entanto existe muito a fazer quando se refere à melhoria das práticas pedagógicas e atendimento nas instituições.

A escola não pode dar maior atenção aos conteúdos e ao cumprimento do currículo anual em detrimento do individuo e sua formação na sociedade. O educando deve ser observado em sua plenitude e as práticas pedagógicas serem planejadas de forma a garantir ao sujeito o seu desenvolvimento na alfabetização e letramento pleno, com as habilidades e competências linguísticas trabalhadas em situação de troca de conhecimento com seus pares de forma que o individuo se identifique como sujeito do processo.

CAPÍTULO II

2. LEITURA E ESCRITA

A leitura e a escrita são atividades que deve ser explorada e exercida durante toda a trajetória escolar e social dos sujeitos. Como a aquisição destas competências não são de forma natural como andar, falar, comer. A prática da cultura letrada precisa ser oferecida na escola com qualidade e estimulada no cotidiano familiar dos sujeitos.

A leitura é a forma como se interpreta um conjunto de informações (presentes em um livro, uma notícia de jornal, gravuras, propagandas, rótulos, entre outros materiais de comunicação) ou um determinado acontecimento. É uma interpretação pessoal. O hábito de leitura é uma prática extremamente importante para desenvolver o raciocínio, o senso crítico e a capacidade de interpretação dos indivíduos com o meio social.

A escrita deve ter um sentido para quem lê para que o sujeito entenda o porquê da leitura, pois saber ler não pode ser representar apenas a decodificação de signos, de símbolos (identificar as letras e famílias silábicas). Ler é muito mais que isso; é um movimento de interação das pessoas com o mundo e delas entre si e isso se adquire quando passa a exercer a função social da língua, ou seja, quando sai do simplismo da decodificação para a leitura e reelaboração dos textos que podem ser de diversas formas apresentáveis e que possibilitam uma percepção do mundo.

As pessoas aprendem a ler antes de serem alfabetizadas, desde pequenos, somos conduzidos a entender um mundo que se transmite por meio de letras e imagens. O prazer da leitura, oriundo da acolhida positiva e da receptividade da criança, coincide com um enriquecimento íntimo, já que a imaginação dela recebe subsídios para a experiência do real, ainda quando mediada pelo elemento de procedência fantástica. (ZILBERMAN, 1984, p. 107)

A leitura de mundo do aluno, mesmo antes dele ser alfabetizado, já é rica de sentido e significado. Porém a complexa relação entre a escola e leitura e escrita do aluno causa grandes problemas, entre eles a correção ortográfica diária e rígida, faz o educando perder a vontade e o prazer de produzir texto ou ler em voz alta, pois já sabe que vai ser repreendido.

A criança com dificuldade de aprendizagem geralmente apresenta bloqueios na aquisição do conhecimento, ou alguma dificuldade física o que não é muito frequente na escola pública, pois os pais e/ou responsáveis evitam trazer seus dependentes com alguma necessidade especial para a escola, na tentativa de “protege-los” da sociedade preconceituosa. As crianças que estão na escola e que não aprende a ler e escrever com fluências, sofre com a dificuldade de ensinagem por parte da escola, que observa suas dificuldades e os classifica erroneamente.

A escola precisa oferecer outras formas de aprendizagem da leitura e da escrita como: estimular à ida dos alunos a biblioteca, elaborar planos de aulas com roda de leituras com temas diversos e colocar os livros de literaturas infantil e infanto-juvenil a disposição dos alunos, com fácil acesso e quantidade suficiente. Estes materiais literários já chegaram à escola por meio do Ministério da Educação (MEC). Cabe à escola elaborar e executar um Projeto Político Pedagógico (PPP) que tenha a aprendizagem da leitura e da escrita de todos os educandos como objetivo principal. Para o estímulo a uso da literatura infantil em sala de aula é necessário crê que toda criança é capaz de aprender.

Ora, todo leitor constrói sua história de leitura, apresentando relações específicas com diferentes textos. Entretanto, “o sujeito se constitui como leitor dentro de uma história social da leitura, ou seja, das condições de produção de leitura da sua época”. (SILVA, 1991, p. 89).

Os estímulos com diferentes textos, para crianças e adolescente, o prepara para que eles busquem outras formas de ler e participar do mundo letrado com autonomia, pois a leitura sempre é plural, ou seja, uma leitura não se acaba em se mesmo e compostas por outras leituras já existentes.

O processo de aprendizagem em leitura e escrita é uma possibilidade de viver ou reviver outras emoções, outras descobertas. A leitura se constrói como um dos avanços à busca do conhecimento sistemático e aprofundado é necessário que faça parte do cotidiano escolar de forma prática, com fluência e sem nenhum problema de entendimento (dificuldades de aprendizagem) para que a prática da leitura e da escrita seja significativa contribua para o desenvolvimento escolar e social do educandos.

2.1 A História da Leitura e da Escrita

A história da aquisição da leitura e da escrita é contada através da história dos conflitos sociais, uma vez que a alfabetização e a cultura letrada sempre foram reservadas para os grupos com melhor poder aquisitivo e para contar a história dos vencedores. A leitura e escrita era prática social dos escribas, religiosos e famílias de imperadores, grupos que determinava quem e como as civilizações deveriam viver.

Durante milênios a leitura e a escrita separaram os homens em servos e senhores, aos senhores cabia dominar a maior faixa de terra e o maior número de pessoas, para isso era necessário saber ler, escrever e contar para controlar os seus tesouros e domínios e a escola era para poucos. Os servos dominados saber ler e escrever não era sua obrigação, apenas executar as ordens de trabalho braçal e servir nas guerras.

A leitura e a escrita na antiguidade eram realizadas através de sinais e símbolos (desenhos) que representavam os seres, as pessoas e as quantidades. A civilização Grega é considerada o berço das civilizações por estruturar o alfabeto grego como conhecemos atual (alfabeto iônico, totalmente fonético), pela sua contribuição intelectual através de filósofos como: Sócrates, Aristóteles e Platão, que consideravam a liberdade, a política e a moral como as principais normas sociais e por sua cultura científica.

Escrita Alfabética - os gregos adaptaram o sistema de escrita fenícia agregando as vogais e criando assim a escrita alfabética. (Alfabeto, palavra derivada de alfa e beta, as duas primeiras letras do alfabeto grego.) Posteriormente, a escrita grega foi adaptada pelos romanos, constituindo-se o sistema alfabético greco-romano, que deu origem ao nosso alfabeto. Esse sistema representa o menor inventário de símbolos que permite a maior possibilidade combinatória de caracteres, isto é, representação dos sons da fala em unidades menores que a sílaba. (AMARAL, 2005, p.6).

Podemos observar no quadro abaixo o Alfabeto Grego:

Pronúncia	Minúscula	Maiúscula
alfa	α	A
beta	β	B
gama	γ	Γ
delta	δ	Δ
épsilon	ϵ	E
dzeta	ζ	Z
eta	η	H
teta	θ	Θ
iota	ι	I
capa	κ	K
lâmbda	λ	Λ
mi	μ	M

Pronúncia	Minúscula	Maiúscula
ni	ν	N
ksi	ξ	Ξ
omicron	\omicron	O
pi	π	Π
rho	ρ	P
sigma	σ	Σ
tau	τ	T
upsilon	υ	Y
phi	ϕ	Φ
khi	χ	X
psi	ψ	Ψ
ômega	ω	Ω

Do século XV ao XVI considerados os séculos das luzes, teve início o estudo das civilizações, o objetivo era a busca do conhecimento, o movimento educacional foi ampliado em vários territórios e originou movimentos como o Renascimento e o Humanismo. Segundo Amaral (2005)

O movimento renascentista elegia a razão como a principal forma pela qual o conhecimento seria alcançado. O renascimento deu grande privilégio à matemática e às ciências da natureza. A exatidão do cálculo chegou até mesmo a influenciar o projeto estético dos artistas desse período. Os humanistas eram homens letrados profissionais, normalmente provenientes da burguesia ou do clero que, por meio de suas obras, exerceram grande influência sobre toda a sociedade; rejeitavam os valores e a maneira de ser da Idade Média e foram responsáveis por conduzir modificações nos métodos de ensino, desenvolvendo a análise e a crítica na investigação científica. O Humanismo é um movimento filosófico surgido no século XV dentro das transformações culturais, sociais, políticas, religiosas e econômicas desencadeadas pelo Renascimento. (AMARAL, 2005, 12).

Apesar da ampliação do movimento educacional a educação institucional ainda era privilegiada, realizada nos centros urbanos sobre a orientação de religiosos com suas práticas rígidas e excludentes. Seu objetivo era levar o homem a Deus e com isso não se admitia pensamentos considerados impuros.

A educação moderna surgiu no século XVIII com a ruptura da Igreja com o Estado e o fortalecimento da burguesia. A mudança de poder pouco alterou a prática elitista da educação, apenas redefiniu os papéis da família do estado nos sistemas educacionais, promovendo transformações na cultura, mudanças ideológicas e profissionais. Neste período a escola organizou o processo de ensino, as disciplinas e o controle acadêmico estabelecendo

programas de ensino, elaboração de metas e métodos. No Brasil o sistema educacional se divide em períodos segundo Saviani (2005)

O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas “Aulas Régias” instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto período (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005, p. 12).

Observasse que o Brasil tem pouco tempo de ensino regular destinado a população em geral, e que as concepções educacionais tradicionalmente burguesa não favorece a permanência das camadas mais pobres nas instituições escolares.

Com o Constituição Federal (CF) de 1988 é que podemos identificar uma maior preocupação com a educação oferecida no país e a partir dela outras leis como: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.393 de 20 de dezembro de 1996, Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001 a 2011 e outras resoluções que regulamenta, fiscalizam e financiam a educação brasileira.

Ainda é necessário maior empenho para que a educação garanta a melhoria na aprendizagem da leitura e da escrita. As instituições precisam reavaliar suas práticas e cumprir o que garante as leis em vigor, como: valorização profissional através de formação continuada específica para o desenvolvimento da leitura e da escrita dos educandos, adequação dos espaços físicos e Projetos Políticos Pedagógicos que tenha a alfabetização e letramento dos educandos como prioridade.

2.2 Leitura e Escrita: conceitos, significados e sua importância

O indivíduo que aprende a ler e a escrever torna-se um sujeito alfabetizado, isto é, um indivíduo que deixou de ser analfabeto e sabe identificar as normas de comunicação de sua sociedade. Para que esta leitura e escrita tenha influencia positiva para este indivíduo e necessário que ele se torne *letrado*, ou seja, capaz de ler e atribuir sentido ao que leu e principalmente que possa reconstruir o significado das coisas.

As práticas educacionais atuais não atende as provocações educacionais que os indivíduos almejam e a sociedade cobra. As produções da leitura e escrita de textos atreladas ao livro didático não correspondem a um interesse imediato por parte dos alunos, visto que os textos tornam-se apenas obrigações. Para transformar esse problema, é preciso criar motivações para se integrar à leitura ao processo de produção.

As instituições escolares passam por avaliações sistemáticas realizadas por órgãos de pesquisas vinculados ao governo Federal. Estas avaliações analisam principalmente a leitura e a escrita dos educandos.

A (Avaliação Nacional da Educação Básica) Aneb e a (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) Anresc vieram substituir o antigo (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) Saeb, realizado pelo Inep desde 1995 com o objetivo de avaliar o desempenho em língua portuguesa e matemática de alunos de quarta e oitava séries do ensino fundamental e da terceira série do ensino médio. A Aneb é realizada por amostragem das redes de ensino em cada unidade da Federação. (BRASIL, 2006, p. 2)

Estas avaliações são importantes e contribui para a aprendizagem da leitura e da escrita dos educandos, quando os resultados são utilizados para o replanejamento das práticas pedagógicas. A leitura envolve uma serie de questões que transcende o processo de alfabetização, partindo do pressuposto que ser alfabetizado e letrado significa dominar o código a língua escrita e compreender o signífico da informação explicita e implícita no texto, seja ele verbal ou não-verbal.

A importância da leitura e escrita hoje é para a sociedade como a libertação do indivíduo sobre as rígidas exclusões sociais. Saber ler e entender quais as reais funções da informação é o pressuposto básico para a acenssão social que o cidadão precisa para participar do mundo socioeconômico.

2.3 Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita

A leitura e a escrita não podem ser consideradas como um objeto de fácil compreensão são vários os fatores para a construção do processo de leitura e escrita. Para aprender a ler e a escrever, é preciso considerar que a escrita é um produto de evolução histórico-cultural da humanidade, é um sistema organizado e, portanto, para dominá-lo a indivíduo precisa compreender sua organização.

A escrita alfabética é um sistema de notação específica, no qual os elementos, as letras, identificam segmentos fonológicos (consoantes e vogais). Mas, além disso, o sistema alfabético de escrita conta também com um conjunto de caracteres e convenções gráficas não alfabéticas, tais como sinais de pontuação, maiúsculas, sublinhado, etc. estes sinais refletem de forma gráfica qualidades da língua, qualidades que não são verbais mas que servem para a comunicação por escrito. (TEBEROSKY e TOLCHINSKY, 1997, p. 09).

A construção do conhecimento da leitura e escrita não é fácil. Para entender o processo desta aquisição é necessário compreender as complexidades em transformar a linguagem usada diariamente em representação simbólicas. E principalmente que exista uma maturidade das bases neurofuncionais que o sustentam.

Para que o ato de ler e escrever sejam apropriados pelo indivíduo, além do interacionismo intersubjetivo (aquele que se dá mediante contexto de interação naturais), é necessário que haja o interacionismo instrumental, onde o aprendiz descobre as determinações sociais das situações de comunicação e o valor das unidades linguísticas em seu uso efetivo. Para isto, as intervenções sistemáticas do professor desempenhando um papel central para as transformações das interações entre o aprendiz e o texto. (DOLZ, 2004, p. 24).

Esta interação só é possível quando o professor oferece ao educando leitor textos ou oportunidade de produção que condiz com sua realidade, tornando a construção de produto textual uma ampliação do seu cotidiano. Ler ou escrever palavras soltas, que não fazem parte do seu contexto e que seja apenas repetição de fonemas não proporciona o desenvolvimento intelectual significativo.

A aprendizagem contribui para o desenvolvimento, na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade... aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos aprender (COLL, 1998, p. 19).

Para vencer as dificuldades na identificação da escrita e seus caracteres, é fundamental a utilização do cotidiano do educando, o apoio nas experiências do aluno, mesmo que a família não faça uso explícito da escrita e leitura.

O educador deve incentivar e indagar onde o educando pode localizar e utilizar a escrita como um produto de uso diário e contínuo, em situação, por exemplo: listas de compras, identificação de produtos, regras de jogos, entre outras, e não trabalhar projetando se os alunos precisam aprender a escrever agora, para utilizar no futuro quando estiver, mas projetando que ela faz parte da vida do educando desde muito cedo. “A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra... a leitura do mundo da palavra está predominantemente juntos. O mundo da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e temas significativos.” (FREIRE, 2001, p. 28).

A dificuldade de aprendizagem mais frequente é a dislexia, um dos termos mais usados dentro das dificuldades de aprendizagem, porém nem toda criança que apresenta dificuldade de aprendizagem tem dislexia. Alguns equívocos ortográficos podem ser também identificados como disgrafias por falhas na estrutura da linguagem, ou as disfonéticas quando tem dificuldades espaciais na escuta ou expressão oral.

(...) a dislexia é um termo que se refere às crianças que apresentam sérias dificuldades de leitura e, conseqüentemente de escrita, apesar de seu nível de inteligência ser normal ou estar acima da média. Por outro lado, a criança dislexia não apresenta distúrbios a nível sensorial ou físico, a nível emocional, ou desvantagens socioeconômicas, culturais ou instrucionais, que possam ser causas das dificuldades para aprender a ler. (Morais 1997, p. 94).

Os problemas específicos de aprendizagem em leitura e escrita não são resultados de falta de capacidade intelectual, na maioria das vezes são provocados por problemas no processo de ensino e aprendizagem. A dislexia é uma dificuldade específica na linguagem, onde o indivíduo apresenta uma evolução bastante lenta em relação ao desenvolvimento de leitura e escrita, comparado com outros indivíduos de mesma idade cognitiva e cronológica.

Os educandos com dificuldades de aprendizagem ou dislexia geralmente apresentam algum tipo de bloqueio na participação de outras atividades escolar, como: ler para a turma ou para o professor, produção de trabalho para expor, entre outras atividades que seja de exposição ao grupo.

A leitura e a escrita são processos muito complexos e as dificuldades podem ocorrer de maneiras diversas. Além disso, temos a aquisição da leitura e escrita como fator fundamental e favorecedor dos conhecimentos futuros.

2.4 O professor, a escola e a família: como agentes incentivadores na prática e no processo de leitura e da escrita.

O professor/educador, a escola e a família são os agentes responsáveis pelo o incentivo da prática da leitura e da escrita, uma vez que a criança, o adolescente e o jovem não construíram ainda o conceito de necessidade futura. Hoje a qualidade da educação é avaliada através da qualidade da leitura e da escrita dos educandos através de avaliações periódicas e isso intensifica a necessidade de aprender a ler e escrever como indicadores da qualidade na educação básica.

Os indicadores da qualidade na educação baseiam-se numa visão ampla de qualidade educativa e, por isso, abarcam sete dimensões: **ambiente educativo; prática pedagógica e avaliação; ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; gestão escolar democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; ambiente físico escolar; acesso e permanência dos alunos na escola.** O sistema propõe uma metodologia participativa na qual, grupos compostos por diferentes segmentos da comunidade escolar avaliam essas dimensões com base em indicadores e perguntas. (BRASIL, 2006, p. 4).

Não é possível pensar na qualidade de educação onde o aluno construa plenamente suas habilidades e competência da leitura e da escrita sem a participação efetiva e imprescindível do Estado, escola e família como agentes incentivadores da prática e no processo da leitura e da escrita, para garantir que todos os alunos aprendam. É importante levar em conta que a escola e família interagem em função de um trabalho que o educando leva para executar em casa e faz parte do processo de aprendizagem que é vivido subjetivamente.

Esta interação entre escola e família deve torna-se frequente com ações pedagógicas que incentiva a prática da leitura e da escrita a partir das culturas tradições ou contemporâneas e que principalmente promova o prazer de aprender dos educandos, observando as condições socioeconômicas das famílias.

Além das funções cognitivas e pedagógicas, a aprendizagem da leitura e da escrita dos educandos cumpre funções especificamente sociais, como um importante meio de comunicação e de interação entre família e escola. Isso ocorre quando a escola elabora e executa projeto de relevância social, com atividades práticas de leitura e escrita, trazendo informação importante para o bem estar da família e da sociedade.

O incentivo a prática da leitura e da escrita pela família e pela escola pode iniciar através do questionamento das convicções e velhas práticas educativas, promovendo mudanças no trabalho com a língua portuguesa e oportunizando ao educando a leitura e vivencia da literatura infantil e infanto-juvenil, de forma que o educando se identifique com o ato da leitura e da escrita como prática cotidiana e prazerosa. Segundo Macedo *et all.* (2005)

A dimensão lúdica das atividades escolares está na presença do prazer funcional, do desafio que comportam, da criação de possibilidades ou de sua disponibilidade, da dimensão simbólica e da expressão de modo construtivo ou relacional. (MACEDO. *et all.*, 2005, p. 106).

As atividades lúdicas e dinâmicas que incentivam a prática da leitura e da escrita estimulam aos educandos a melhorar suas habilidades e competências linguísticas e a escola ganha com a participação e interesse nas atividades diárias, criando vinculo afetivo entre os professores e alunos e entre os alunos, tornando o ambiente escolar em um lugar onde a criança, adolescente ou jovem queira estar. Esta é uma das principais ações de incentivo a prática da leitura e da escrita que a escola e o professor devem estimular em parceria com a família. Sem esta postura de inovação as escolas e professores não conseguem envolver as crianças em um aprendizado significativo.

Propostas inovadoras têm trazido renovação de conteúdos e métodos, mas é preciso reconhecer que pouco alcança a maior parte das salas de aulas onde, na realidade, persistem velhas práticas. Mudar tal estado de coisas, portanto, não é algo que se possa fazer unicamente a partir de novas teorias, ainda que exija sim uma nova compreensão do sentido mesmo da educação, do processo no qual se aprende. (PCNs, 1998, p. 21).

A mudança de concepção sobre a aprendizagem da leitura e da escrita e principalmente sobre como intervir nas dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita de crianças e jovens que estão nos bancos escolares sem que os principais agentes da educação pública promova a aprendizagem significativa através de ações pedagógicas coerentes com a realidade de todos e de cada um.

Portanto, a educação brasileira e seus provedores precisam tornar possível a aprendizagem dos educandos através de políticas públicas de valorização profissional, adequação ao espaço físico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de garantir o direito de aprender das crianças, adolescentes e jovens de nosso país.

CAPÍTULO III

3. DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA DOS ALUNOS DO 5º NO DA EEEF GAMA E MELO – PB

O cotidiano escolar apresenta atualmente um número relevante de crianças e adolescentes com dificuldades em leitura e escrita, este é um problema que chama os educadores a refletir suas práticas, uma vez que a dificuldade em alfabetizar é histórica e precisamos identificar o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas. A Escola Gama e Melo – PB enfrenta estas realidades através de várias ações pedagógicas e políticas públicas efetivas disponibilizadas pelo sistema educacional Federal e Estadual.

Este tema Dificuldade de aprendizagem na Leitura e Escrita também esta sendo pesquisados por outros professores da instituição, por ser uma preocupação de toda a comunidade escolar. As instituições escolares são alvo de avaliações periódicas realizadas pelo sistema nacional de ensino. Os educandos do 5º e 9º ano do ensino fundamental participam de avaliações como a Prova Brasil para avaliar o nível de desenvolvimento da alfabetização e letramento dos educandos.

A (Avaliação Nacional da Educação Básica) Aneb e a (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) Anresc vieram substituir o antigo (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) Saeb, realizado pelo Inep desde 1995 com o objetivo de avaliar o desempenho em língua portuguesa e matemática de alunos de quarta e oitava séries do ensino fundamental e da terceira série do ensino médio. BRASIL, 2006, p. 2).

Os resultados obtidos nas avaliações nacionais são sempre questionados. Os desempenhos dos educandos na leitura, escrita e interpretação dos textos de varias disciplinas, confirma a dificuldade dos educandos em ler e compreender o que leu condição fundamental para o desenvolvimento educacional. A dificuldade na leitura e escrita dos alunos do 5º ano do ensino fundamental é responsável pelo baixo desempenho na vida escolar atual e futura dos sujeitos e pode perpetuar a prática de exclusão de quem frequenta as instituições escolares.

O que questionamos é que ao chegar no 5º ano do ensino fundamental, os alunos já devem apresentar um nível adequado na leitura e na produção de textos, no entanto este nível vem apresentando várias lacunas e causando preocupação a todos. Durante os encontros pedagógicos muitas reclamações são feitas sobre a aprendizagem na leitura e na escrita dos educandos e o baixo desempenho educacional que vai se prolongar e causando vários problemas para o educando e para as instituições.

Dentro da avaliação dos educandos está implícita a avaliação dos educadores e das instituições. Isso leva a preocupação para a área da formação e das políticas de seleção de funcionários, que infelizmente atende primeiro aos interesses políticos e deixa em segundo plano o processo educacional dos educandos. Oferecer procedimentos educacionais que valorize a leitura e a escrita, bem como promova o desenvolvimento intelectual é função de uma escola que coloca o aluno como sujeito principal de seu processo de ensino.

É necessário discutir constantemente sobre como o professor pode auxiliar os alunos nas suas estratégias de ensino e aprendizagem de leitura e escrita, contribuindo para o desenvolvimento pleno do aluno.

3.1 A leitura e a escrita dos alunos do 5º no da Escola Gama e Melo – PB

Para a realização deste trabalho foi realizado um pesquisa bibliográfica qualificativa, com o objetivo de proporcionar um melhor entendimento das dificuldades de aprendizagens mais frequentes. As observações foram realizadas e intensificadas durante os meses de novembro e dezembro na turma do 5º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Normal e Médio Gama e Melo – PB, turno vespertino.

Durante as aulas, foi utilizada maior atenção nas atividades de leituras e escrita observando através das atividades propostas às possíveis dificuldades dos educandos. Uma análise mais ampla de um cotidiano que muitas vezes não entendemos. Compreender o sujeito é favorecer o processo e evitar o julgamento antecipado e que geralmente provocam, dificuldades no decorrer do processo educativo.

A turma é composta de 25 (vinte e cinco) alunos de 10 a 15 anos de idade, 30% dos alunos são repetentes e 60% estão com distorção idade / série. Estes problemas são comuns

nas instituições são reflexos destas mesmas dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita na vida escolar de todas.

Nas análises das atividades escritas dos alunos foram observadas algumas modificações na grafia das palavras.

QUADRO 1 – Dificuldades mais frequentes na escrita dos educandos do 5º ano da EEEFN e Médio Gama e Melo

LEITURA/ESCRITA	DIFICULDADES	%
Omissão	Supressão de uma ou mais letras ao ler ou escrever	25%
Agregadas	Aumento de letras ou combinações – ao escrever unem letras	10%
Falha na cópia	Dificuldade em transcrever os textos expostos na lousa	35%
Dissociação	Separação silábica inadequada	10%
Disgrafias posicionais	Confusão ou trocas de letras, exemplo: <i>b e d; n e m; f e v</i>	20%
Espacial	Dificuldade de organização espacial do texto.	15%
Não Interpretação	Dificuldade em identificar significado o enredo, a sequencia dos fatos e atribuir significado as ações das personagens.	45%

Na análise dos dados os percentuais nos preocupa, principalmente quando sabemos que dentro dos resultados, alguns alunos acumulam várias dificuldades identificadas, o que agrava a situação educacional destes sujeitos. É relevante a compreensão das dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, e que a partir deste diagnóstico realizam-se ações que contribua para sanar as dificuldades e promover o desenvolvimento intelectual, social e cidadã de cada sujeito.

O número de alunos da sala de aula do 5º “B” da escola pesquisada é considerado regular, porém a distorção idade/série causa um conflito de interesse entre os educandos, nos quais observamos que os alunos mais velhos não aceitam a rotina escolar e isso provoca a falta de atenção ao processo de ensino e aprendizagem. Os alunos que são distorcidos na série são os que mais apresentam problemas na alfabetização e no letramento e a promoção deste aluno para a série seguinte sem realizar um trabalho diferenciado de alfabetização, não solucionará os problemas de dificuldades de aprendizagem. Os alunos mais velhos se acham mais maduros do que os alunos menores. Eles podem estar inseguros e precisam constantemente de alta afirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um momento no qual a preocupação com a qualidade da leitura e da escrita tem aumentado consideravelmente, tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos alunos, de todas as séries/anos de ensino.

Tornar o aluno competente tanto na compreensão leitora como na produção de textos escritos em todos os níveis de ensino, é o objetivo do sistema de ensino Nacional. Observa-se que são necessárias mais pesquisas sobre a interdependência entre a leitura e a escrita para se conduzir mais eficazmente no ensino o desenvolvimento dessas habilidades. Pois os professores precisam de formação para trabalhar com essas questões

A pesquisa realizada com o 5º ano “B” do ensino fundamental da EEEFN e Médio Gama e Melo – PB confirmou as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita dos alunos do 5º ano e com identificação de outros problemas educacionais como: distorção idade/série e alunos com histórico de repetência e evasão escolar.

Entre as dificuldades na leitura e na escrita dos alunos, foram identificados os principais problemas ortográficos como: Supressão de uma ou mais letras ao ler ou escrever; aumento de letras ou combinações – ao escrever unem letras; dificuldade em transcrever os textos expostos na lousa; separação silábica inadequada; confusão ou trocas de letras, exemplo: **b** e **d**; **n** e **m**; **f** e **v**; dificuldade de organização espacial do texto; dificuldade em identificar significado o enredo, a sequencia dos fatos e atribuir significado as ações das personagens.

Quando observamos a qualidade da leitura, observamos que os alunos tinham dificuldades de localizar informações em textos e entender seu conteúdo. O comportamento leitor também mostra pouca frequência como: ler para aprender e para estudar, que são ações obrigatórias em todas as trajetória escolar, tarefa trabalhada continuamente e é fundamental para qualquer produção textual.

Ensinar a ler e escrever e tornar o aluno um leitor, escritor e falante proficiente não são tarefas fáceis. Após identificar os problemas mais frequentes, é necessário estudos para identificar como o professor pode auxiliar os alunos nas suas estratégias de aprendizagem na

leitura e na escrita, contribuindo para o desenvolvimento do pleno do aluno. Discutindo sobre as políticas públicas para a educação básica e as definições para a avaliação nacional.

Atividades desafiadoras e bem encadeadas, que induzam a pensar e construir seu próprio conhecimento, através da diversidade de gêneros textuais e oportunidade de ensino, é o caminho mais curto para sanar as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita, favorecendo a construção da hipótese da leitura e escrita como processo para a alfabetização e o letramento de todos e de cada um.

É indispensável sugerir ações pedagógicas claras e coerentes com o processo educacional das crianças, considerando as características do grupo a ser atendida e suas principais dificuldades. Apesar dos avanços sobre a discussão e respeito à diversidade cultural dos sujeitos está presente nas instituições escolares, ainda há conceitos tradições sobre a educação para crianças e jovens de classes sociais menos favorecidas.

Questionar as metodologias administrativas e pedagógicas que não mais atende as necessidades dos sistemas escolares e tarefa dos educadores preocupados na melhoria da aprendizagem e de toda comunidade escolar. A alfabetização de crianças e jovens com deficiência de aprendizagem é um tema de debate que extrapola o campo pedagógico e ganha, cada vez mais, interlocutores preocupados com os rumos da educação e a qualidade oferecida.

A escola precisa propor em seu Projeto político Pedagógico (PPP) ações que proporcione ao educandos saí deste estado de estagnação educacional e promover um trabalho diferenciado de oferta de ensino como: programas de correção de fluxo e intervenção pedagógicas para sanas cada problema educacional, entre eles a dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita.

Para tanto a parceria com a família é fundamental, uma vez que a escola sozinha não resolve todos os problemas de cunho social. A alfabetização deve ser acompanhada pela família como projeto de vida educacional para seu filho e para todos. Uma vez que as leis atuais fomentam a parceria entre estado, família e escola no processo educacional de crianças e jovens. Não basta apenas mudar a lei, é preciso criar condições para cumpri-las com qualidade desejada. Dar cobertura pedagógica a estes alunos pressupõe formar mais e melhor os educadores que estão à frente deste processo educacional.

Estado, Escola e família um tripé importantíssimo para uma educação de qualidade e garantia do direito de aprender do crianças, jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Suely. **História da escrita**: Surgimento e importância dessa linguagem. Pedagogia & Comunicação. 2005. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/historia.php>. Acesso em 28/02/2014
- BRASIL. **Indicadores de qualidade na educação**: dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita/Ação educativa, SEB/MEC (coordenadores) – São Paulo: 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: FNDE, Estação gráfica, 2006.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos [orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade]: Sara Mourão Monteiro e Mônica Correia Baptista. In: **Dimensões da proposta pedagógica para o ensino da Língua Escrita em classes de crianças de seis anos**. Brasília, 2009.
- COLL, César; SOLÉ, Isabel. **O construtivismo na sala de aula**. Editora ática, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.
- MACEDO, Lino de; PASSOS, Norimar Christe; PETTY, Ana Lúcia Sícolli. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MORAIS, António Manuel Pamplona, **1959? Distúrbios de aprendizagem**: uma abordagem psicopedagógica / António Manuel Pamplona Morais. ? São Paulo: EDICON, 1997.
- TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKI, Liliana. **Além da Alfabetização**: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. Editora Ática, 1977.
- SAVIANI, Dermeval. **História da HISTÓRIA da Educação no Brasil**. V colóquio/Conferencia. Dermeval Saviani. UNINOVE. 2005.
- SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: 2004.
- SILVA, Antônio Ozaí da; PRAXEDES, Walter. **Política, literatura e educação**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 13/05/2014

ZILBERMAN, Regina, **Literatura Infantil: Livro, Leitura, Leitor.** In. —. A produção cultural para a criança. São Paulo: Mercado Aberto, 1984.